

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2020.
(Do Sr. José Guimarães)

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República e do art. 226, inciso II, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitados ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República informações sobre o pedido da ABIN ao SERPRO acerca dos acesso aos dados do Sistema RENACH.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República e do art. 226, inciso II, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitados ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República informações sobre o pedido da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) ao SERPRO para acesso ao sistema conhecido como RENACH de responsabilidade do DENATRAN, notadamente resposta aos seguintes questionamentos:

1.

Qua

I é a o objetivo da Agência Brasileira de Inteligência na obtenção de dados pessoais, tais como nome, filiação, CPF, endereço, telefones, foto, dados dos veículos de forma generalizada e irrestrita de milhões de brasileiros?

2.

Qua

I o instrumento jurídico utilizado para a solicitação dos dados ao SERPRO?

Apresentação: 09/06/2020 10:16

RIC n.599/2020

Documento eletrônico assinado por José Guimarães (PT/CE), através do ponto SDR_56103, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



3. Qua
nto tempo vai durar o acordo de transferência de dados? Quanto vai custar para a ABIN esse acesso aos dados do DENATRAN? Há previsão orçamentária?

4. Qua
l é o fundamento constitucional e legal que autoriza a ABIN a esse acesso geral e irrestrito ao banco de dados do DENATRAN?

5. Qua
l é a relação do acesso amplo e geral a dados pessoais de milhões de brasileiros com as competências institucionais da ABIN?

6. De
que forma esses dados serão tratados para garantir o direito à privacidade e à intimidade de pessoas que não estão sujeitas a nenhuma investigação?

7. Que
m terá acesso a esses registros e quais as condições para o acesso?

8. Qua
l o serviço de inteligência que terá acesso aos dados, servidores da ABIN comprometidos com suas finalidades institucionais ou pessoas que servem ao "serviço de inteligência privada do Presidente da República"?

9. A
quantos registros de CNH a ABIN já teve acesso? Há previsão de repasse de informações sistemáticas e periódicas do DENATRAN para a ABIN? Qual é a expectativa de novos registros mensais?

10. Há
previsão de espionagem massiva de cidadãos brasileiros?

JUSTIFICAÇÃO



Matéria publicada pelo site INTERCEPT no dia 06.06.20¹ informa que a Agência Brasileira de Inteligência pediu ao Serpro, empresa pública de processamento de dados, um banco de informações colossal.

De acordo com a matéria do site, os documentos, datados entre os últimos meses e entregues ao Intercept por uma fonte anônima, detalham as informações requisitadas pela ABIN: nome, filiação, CPF, endereço, telefones, foto, dados dos veículos (inclusive com nomes de proprietários anteriores, situação e procedência) de cada cidadão habilitado a dirigir.

Os dados serão extraídos de um sistema conhecido por Renach, o Banco de Imagens do Registro Nacional de Condutores Habilitados, que é de responsabilidade do Denatran, o Departamento Nacional de Trânsito. Ao lado do CPF, a CNH é o único documento de identificação de cidadãos armazenado nacionalmente – com a vantagem de trazer a foto do portador.

A notícia informa ainda que os funcionários envolvidos na transação entre os dois órgãos estimam que, no primeiro mês, mais de 75 milhões de registros seriam enviados para a agência de espionagem. Depois, mensalmente, a base seria atualizada com mais 1,5 milhão de registros. O projeto começaria em maio de 2020 e teria a duração de um ano, a um custo de pouco mais de R\$ 330 mil. No Serpro, o projeto recebeu um código interno específico: 11797 (Abin – Extração Denatran).

Diante de tais informações reveladas pela imprensa, cabe a este Parlamento exercer a sua função de fiscalização do poder executivo, para que se utilizando do sistema de freios e contrapesos, evite a possível violação aos direitos fundamentais da privacidade e intimidade previstos no art. 5º da Constituição Federal.

É necessário verificar se os dados serão utilizados no âmbito da competência institucional da Agência Brasileira de Inteligência e com a finalidade de evitar excessos de investigação massiva distante de fins republicanos.



Sala das sessões, em 08 de junho de 2020.

DEP. JOSÉ GUIMARÃES
LÍDER DA MINORIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 09/06/2020 10:16

RIC n.599/2020

Documento eletrônico assinado por José Guimarães (PT/CE), através do ponto SDR_56103, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

